



1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição, por meio de Sistema de Registro de Preços, de veículos para recomposição da frota da Agência Nacional de Transportes Terrestres , nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNID MEDIDA	QTD	REQUISIÇÃO MÍNIMA	REQUISIÇÃO MÁXIMA	VLR MAX ACEITÁVEL	VALOR TOTAL
1	<p>Veículos Especiais Híbridos com PLug in - Tipo SUV, zero quilô metro, na cor Branca, com capacidade de transporte de, no mínimo, 05(cinco) lugares.</p> <ul style="list-style-type: none">• Veículo Híbrido• Capacidade mínima do Tanque de combustível: 45 litros;• Autonomia mínima de modo elétrico: 50 km;• Com Plugin para recarga;• Com Central de Multimídia;• Com GPS Integrado;• Com Controle de Tração e Estabilidade;• Com Airbag, no mínimo, para motorista e passageiros;• Quantidade mínima de 05 passageiros;• Com altura mínima do solo de 180mm;• Com espaço mínimo entre eixos de 2680mm;• Com porta-malas com capacidade mínima de 450 litros;• Com câmbio automático;• Ano de fabricação e modelo: 2024 ou versão mais atual <p>OBS: Veículo deverá ser fornecido com sistema de sinalização visual, Adesivagem de acordo com o Manual da Agência, kit antifurto rodas e rádio comunicador.</p>	301733	unidade	50	1	45	R\$ 288.071,29	R\$ 14.403.564,50
SUB TOTAL ITEM 1								R\$ 14.403.564,50
2	<p>Veículos Especiais, do tipo camionete “pick up”, cabine dupla, movido a óleo diesel, na cor Branca, zero quilômetro, com capacidade de transporte de, no mínimo, 05(cinco) lugares.</p> <ul style="list-style-type: none">• Veículo com motor movido à diesel• Com , no mínimo, 2179 cm³ de cilindradas;• Valor mínimo para potência máxima de 160cv a 3750 rpm;• Com Cabine Dupla;• Com câmbio automático;• Com direção elétrica ou hidráulica;• Com pneus de aro mínimo R17;• Com distância mínima entre eixos de 3.000 mm;• Peso mínimo 1890 kg• comprimento mínimo 5260 mm• Capacidade mínima do tanque de combustível: 70 litros;• Com ar condicionado;• Com controle de tração 4x4• Com conexão USB;• Com computador de bordo;• Com sensor de estacionamento;• Com grade protetora do motor/cárter, afixada na parte inferior externa do motor;• Com protetor de caçamba;• Ano de fabricação e modelo: 2024 ou versão mais atual <p>OBS: Veículo deverá ser fornecido com sistema de sinalização visual, Adesivagem conforme o Manual da Agência, Kit Antena para acesso terrestre à Internet Banda Larga a Satélites, abrigada em case de policarbonato de alta resistência, Tampão Baixo Elétrico para a carroceria, e Trava antifurto estepe, Kit antifurto rodas e rádio comunicador.</p>	606204	unidade	07	1	7	R\$ 321.434,28	R\$ 2.250.039,96
SUB TOTAL ITEM 2								R\$ 2.250.039,96

	TOTAL GLOBAL	R\$ 16.653.604,46
--	--------------	-------------------

- 1.2. As especificações dos acessórios que deverão compor o objeto encontram-se nos **ANEXO I, II, III, IV, V, VI, VII e VIII** deste Termo de Referência.
- 1.3. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar (Anexo X).
- 1.4. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.
- 1.5. Pelas características do objeto não foi necessário classificar o TR nos termos da Lei n. 12.527, de 2011 (Lei de Acesso à Informação), conforme previsão do artigo 10 da Instrução Normativa nº 81, de 2022.
- 1.6. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura da ATA de Registro de Preços, podendo ser renovada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovada a vantajosidade de seu preço, na forma dos artigos 84 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.7. A ATA de Registro de Preços oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.
- 1.8. Por se tratar, o objeto, de veículos com caracterizações específicas para atuarem em atividades de fiscalização da ANTT, sobretudo pelas caracterizações e descrições inseridas neste instrumento a divulgação da Intenção de Registro de Preços (IRP) será dispensada, nos termos do §2º do art. 9º do Decreto nº 11.462 de 31 de Março de 2023, e pelas mesmas razões, não será admitida a adesão à Ata de Registro de Preços (ARP).

2. **FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

- 2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.
- 2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2024, conforme detalhamento a seguir:
- I) ID PCA no PNCP: 04898488000177-0-000001/2024;
- II) Data de publicação no PNCP: 20/05/2023;
- III) Id do item no PCA: 143;
- IV) Classe/Grupo: 2310;
- V) Identificador da Futura Contratação: 393001-39/2024.

3. **DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO**

- 3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência .

4. **REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

- Gerais**
- 4.1. A contratada deverá prover assistência técnica em todos os Estados do Brasil, em concessionária autorizada do fabricante do veículo;
- 4.2. Os veículos deverão ser licenciados e emplacados, em Brasília/DF, como veículo oficial em nome da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, observado o disposto na legislação pertinente, sendo os custos desses serviços de responsabilidade da CONTRATADA.
- 4.3. O sistema elétrico dos veículos deverá ser adequado de forma a atender aos quesitos específicos de configuração sem prejuízo das demais funções do veículo e sem prejuízo da garantia do fabricante;
- 4.4. Os veículos devem ser equipados com os itens de segurança exigidos por lei;
- 4.5. **Para os itens 1 e 2** (Adaptações e acessórios a serem instalados)
- 4.5.1. Os veículos devem ser caracterizados com a instalação de sistema de sinalização visual/acústica externa (tipo **ROTOLIGHT**) de acordo com o **ANEXO II** deste Termo de Referência.
- 4.5.2. Os veículos deverão receber **PINTURA/ADESIVAMENTO** (confeção e aplicação de recorte eletrônico em vinil) de acordo com o manual de identidade visual da Contratante e **ANEXO III**, com as seguintes especificações: o adesivo vinílico deverá ser super calandrado para plotagem; projetado para aplicações internas e externas de alta performance (Linha 651 da marca Oracal ou produto similar ou de qualidade superior); Informações técnicas: liner de papel siliconado 137g/m², adesivo permanente à base de solvente acrílico, espessura 0,075mm. Os licitantes, em alternativa a plotagem total, poderão fazer a pintura diretamente na lataria do veículo.
- 4.5.2.1. Caso haja alguma modificação no manual de identidade visual da contratada após a finalização do pregão eletrônico, a arte a ser utilizada no adesivamento poderá ser alterada a pedido da Contratada, desde que não cause alteração do valor inicialmente estimado e que a Contratante ainda não tenha iniciado sua execução.
- 4.5.3. Os veículos deverão receber kit antifurto de rodas, contra roubos e remoção de rodas, em aço de alta resistência a corrosão, com chave segredo de acordo com o **ANEXO V**.
- 4.5.4. Os veículos deverão ser caracterizados com a instalação de radio comunicador, com as características apresentadas no **ANEXO VII**.
- 4.6. **Para o item 2** (Adaptações e acessórios a serem instalados, além dos descritos nos subitens 4.5.1 até 4.5.4)
- 4.6.1. Os veículos (tipo camionete) deverão receber a instalação de tampão baixo elétrico para sua carroceria com as seguintes características: tampão marítimo baixo elétrico em chapa de aço de aproximadamente 3 cm de altura; pode ser usado com Santo Antônio; fechadura elétrica acionada de dentro da cabine; pintura externa em PU na cor original do veículo; dois amortecedores; duas dobradiças; vedação e segurança para os objetos transportados e trava de estepe antifurto com chave específica para pick ups, com sistema que bloqueia a liberação do estepe, impossibilitando o roubo, resistente a oxidação, fabricada em aço carbono com acabamento zincado, devem ser fornecidas duas chaves, de acordo com o **ANEXO IV** deste Termo de Referência.
- 4.6.2. Os veículos (tipo camionete) deverão receber a instalação de "T rava Estepe", conforme descrições inseridas no **ANEXO VI**.
- 4.6.3. Os veículos deverão ser caracterizados com a instalação de **KIT ANTENA SATELITADA** composto por equipamento de antena para acesso terrestre para Internet Banda Larga a Satélites, abrigada em case de policarbonato de alta resistência, com proteção contra aumento de pressão no interior devido a exposição ao sol; com adaptador, bateria de 20.000 mah, entrada de alimentação e roteador de acordo com o **ANEXO VIII**.

Sustentabilidade

- 4.7. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:
- 4.8. **Para os itens 1 e 2**
- 4.8.1. atender à Lei nº 9.660, de 1998 (Dispõe sobre a substituição gradual da frota oficial de veículos e dá outras providências.);
- 4.8.2. atender à Resolução CONAMA 242/1998 (Dispõe sobre limites de emissão de material particulado para veículo leve comercial e limite máximo de ruído emitido por veículos com características especiais para uso fora de estradas).
- 4.9. **Somente para o item 1**
- 4.9.1. Só será admitida a oferta de veículo que possua eficiência energética equivalente a um veículo com a Etiqueta da categoria A (mais eficiente) do Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular (PBE Veicular), para os veículos SUV HÍBRIDOS (ITEM 1).
- 4.9.2. atender à Resolução CONAMA nº 490, de 16 de novembro de 2018 (Estabelece a Fase PROCONVE P8 de exigências do Programa);
- 4.9.3. atender à Resolução CONAMA nº 492, de 20 de dezembro de 2018 (Estabelece as Fases PROCONVE L7 e PROCONVE L8 de exigências do Programa).

4.9.4. atender aos limites máximos de emissão de poluentes que estejam em conformidade com Programa de Controle da poluição do Ar por Veículos Automotores – PROCONVE P7, conforme Resolução CONAMA nº 18, de 06/05/1986 e nº 315, de 29/10/2002, e legislação correlata, preferencialmente dotados de tecnologia que faculte a diminuição da emissão de gases e/ou substâncias poluentes.

4.9.5. atender à Lei nº 10.295, de 2001 (Dispõe sobre a Política Nacional de Conservação e Uso Racional de Energia e dá outras providências.);

4.10. As baterias dos veículos deverão atender à Resolução CONAMA nº 401, de 04 de novembro de 2008.

Subcontratação

4.11. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.12. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os [arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#), no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato.

4.13. Em caso opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.14. A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.

4.15. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de até 180 (cento e oitenta) dias, contados do(a) da assinatura da ordem de fornecimento (ANEXO IX).

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 01 (um) dia de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço na sede da ANTT localizada no Setor de Clubes Esportivos Sul - SCES, lote 10, trecho 03, Projeto Orla 8 - Brasília - DF.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.4. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, é de, no mínimo, 12 (doze) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, prevalecendo a que for maior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

5.5. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

5.6. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

5.7. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

5.8. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

5.9. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 15 (quinze) dias corridos, podendo ser prorrogados por mais 15 (quinze) dias corridos, com autorização da fiscalização do contrato, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

5.10. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

5.11. Decorrido o prazo para reparo sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

5.12. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

5.13. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#), e [Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II](#));

6.7.2. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III](#));

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV](#)).

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V](#));

6.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva

ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

Fiscalização Administrativa

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ([Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

6.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV](#)).

Gestor do Contrato

6.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.10. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.11. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.12. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.13. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.14. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.15. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, no prazo de 10 (dez) dias, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 30 (trinta) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.8. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º [da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

7.8.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.9. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.9.1. o prazo de validade;

7.9.2. a data da emissão;

7.9.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.9.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.9.5. o valor a pagar; e

7.9.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.10. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.11. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.12. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.13. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.14. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.15. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.16. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.17. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#).

7.18. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPC-A (Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo) de correção monetária.

Forma de pagamento

7.19. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.20. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.21. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.21.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.22. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de crédito

7.23. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na [Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020](#), conforme as regras deste presente tópico.

7.24. A eficácia da cessão de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.25. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o [art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#), nos termos do [Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020](#).

7.26. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos)

7.27. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Forma de fornecimento

8.2. O fornecimento do objeto será parcelado.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no site <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.7. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução [Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

8.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.11. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

8.12. **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do [art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021](#).

8.13. **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da [Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009](#) (arts. 17 a 19 e 165).

8.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos

termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

- 8.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 8.20. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 8.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 8.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

- 8.23. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação ([art. 5º, inciso II, alínea "c", da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021](#)), ou de sociedade simples;
- 8.24. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#));
- 8.25. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;
- 8.25.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);
- 8.25.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.
- 8.25.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;
- 8.25.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.
- 8.26. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação 3%(três por cento) do valor total estimado da parcela pertinente.
- 8.27. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).
- 8.28. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:
- 8.28.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos [arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971](#);
- 8.28.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;
- 8.28.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à execução contratual;
- 8.28.4. O registro previsto na [Lei n. 5.764, de 1971, art. 107](#);
- 8.28.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e
- 8.28.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;
- 8.28.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o [art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971](#), ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 16.653.604,46 (dezesseis milhões, seiscentos e cinquenta e três mil, seiscentos e quatro reais, quarenta e seis centavos), conforme custos unitários apostos na tabela do subitem 1.1. deste termo.
- 9.2. Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações (art. 25 do Decreto nº 11.462/2023):
- 9.2.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na [alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021](#);
- 9.2.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
- 9.2.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou
- 9.2.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.
- 10.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:
- I - Gestão/Unidade: [...];
- II - Fonte de Recursos: [...];
- III - Programa de Trabalho: [...];
- IV - Elemento de Despesa: [...];
- V - Plano Interno: [...];
- 10.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

ASSINATURAS DOS MEMBROS DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO	
Nome: Márcio Xavier de Araújo	Matrícula/SIAPE: 2076777
(Assinatura Eletrônica) Márcio Xavier de Araújo	
Nome: Candida Machado P. Oliveira	Matrícula/SIAPE: 1352860

(Assinatura Eletrônica) Candida Machado P. Oliveira	
Nome: Marina Veloso de Melo dos Santos	Matrícula/SIAPE: 1671835
(Assinatura Eletrônica) Marina Veloso de Melo dos Santos	
APROVAÇÃO DE TERMO DE REFERÊNCIA PELA GERÊNCIA	
(Assinatura Eletrônica) Rafael Moya Fernandes Lopes GERENTE DE RECURSOS LOGÍSTICOS	

Aprovação do Termo de Referência pela autoridade competente	
Nome: EDUARDO JOSÉ MARRA	Matrícula/SIAPE:1533949
Considerando as justificativas apresentadas pelo setor demandante no documento por meio do qual solicita a abertura de processo licitatório em questão e no Termo de Referência, e tendo em vista que este contempla os elementos técnicos capazes de propiciar a avaliação do custo pela Administração com a contratação e os elementos técnicos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para caracterizar o objeto a ser contratado e orientar a execução e fiscalização contratual, assim como os demais elementos obrigatórios pertinentes exigidos no art. 6º, XXIII, c/c art. 40, §1º, da Lei nº 14.133/2021, APROVO o referido documento.	
(assinado eletronicamente) EDUARDO JOSÉ MARRA Superintendente de Gestão Administrativa	

ANEXO I
IMAGEM ILUSTRATIVA DOS ITENS 1 e 2



ANEXO II
ESPECIFICAÇÕES ACESSÓRIO ROTOLIGHT

ESPECIFICAÇÕES
<p>Sistema de sinalização externa com lente inteira, formato em arco, instalado no teto do veículo dotado de base construída em ABS ou policarbonato (reforçado com perfil de alumínio estruturado), ou alumínio; cúpula(s) injetada(s) em policarbonato na cor cristal (transparente), resistente a impactos e descoloração, com tratamento UV e sistema luminoso composto por conjunto de, no mínimo, 66 LEDs, na cor rubi (vermelho) próprios para iluminação (categoria alto brilho), com 1 watt de potência, montados em blocos e distribuídos equitativamente por toda a extensão da barra, de forma a permitir visualização em um ângulo de 360º, sem que haja pontos cegos de luminosidade.</p> <p>Cada LED deverá ter intensidade luminosa não inferior 60 lúmens; diâmetro não inferior a 3 mm, ângulo de emissão de luz não inferior a 70º; corrente nominal não inferior a 70 mA @ 25º. O conjunto sinalizador visual deverá ser controlado por controle central único, dotado de micro processador ou micro controlador, que permita a geração de lampejos luminosos de altíssima frequência com ciclos não inferiores a 450 FPM; o circuito eletrônico deverá gerenciar a corrente elétrica aplicada nos LEDs através de PWM (Pulse Width Modulator); o PWM deverá garantir também a intensidade luminosa dos LEDs, mesmo que o veículo esteja desligado ou em baixa rotação, garantindo assim a eficiência luminosa e a vida útil dos LEDs; o consumo máximo da barra nas funções LEDs, excluídas as luzes de beco, não deverá ultrapassar 7 A.</p> <p>O sistema de controle do sinalizador deverá ser único, permitindo o funcionamento independente de ambos os sistemas, dotado de luz de beco integrado ao próprio sinalizador, sendo 01 conjunto de no mínimo 03 LED's para cada lateral da barra. Garantia mínima de 05 (cinco) anos para os LEDs.</p> <p>Sinalizador acústico de, no mínimo, 100 W RMS de potência, @ 13,8 Vcc com, no mínimo, 4 (quatro) tons distintos; sistema de megafone com ajuste de ganho e potência mínima de 30 w RMS e entrada auxiliar de áudio.</p> <p>Os equipamentos não poderão gerar ruídos eletromagnéticos ou qualquer outra forma de sinal, que interfira na recepção dos transceptores (rádios). Instalação de fios (espera) para instalação de rádio transceptor VHF/FM no painel de comandos.</p> <p>04 (quatro) mini sinalizadores instalados próximos aos faróis e lanternas traseiras, conforme marca/tipo/modelo do veículo, com 03 (seis) LEDs de 03 (três) Watts de potência cada LED, na cor cristal, selados em formato linear, com aro de acabamento na cor preta; sincronizados face a face com a cor branca estroboscópica. Temperatura de cor de 6500ºK típico; capacidade luminosa de no mínimo 350 (trezentos e cinquenta) Lumens para cada mini sinalizador;</p> <p>Tensão de aplicação: 12 (doze) a 14,7Vcc. Melhora a visualização das viaturas em situações que exigem a utilização desta iluminação.</p> <p>*Características mínimas, podendo ser ofertados produtos similares, ou equivalentes, ou de melhor qualidade.</p>

ANEXO III
ESPECIFICAÇÕES DA ADESIVAGEM

ESPECIFICAÇÕES

Plotagem projetado para aplicações internas e externas de alta performance (Linha 651 da marca Oracal ou produto similar ou de qualidade superior); Informações técnicas: liner de papel siliconado 137g/m², adesivo permanente à base de solvente acrílico, espessura 0,075mm. Os licitantes, em alternativa a plotagem total, poderão fazer a pintura diretamente na lataria do veículo.



CORES DO LOGOTIPO



Atenção: Aplicar essas cores apenas no logotipo da ANTT

***Marca de Referência: (Linha 651 da marca Oracal ou produto similar ou de qualidade superior).**

ANEXO IV
TAMPÃO PARA CAMINHONETE

ESPECIFICAÇÕES



Tampão marítimo baixo elétrico em chapa de aço de aproximadamente 3 cm de altura; pode ser usado com Santo Antônio; fechadura elétrica acionada de dentro da cabine; pintura externa em PU na cor original do veículo; dois amortecedores; duas dobradiças; vedação e segurança para os objetos transportados.

ANEXO V
KIT ANTIFURTO RODAS

ESPECIFICAÇÕES



Kit Antifurto rodas seguro contra roubos e remoção de rodas, em aço de alta resistência a corrosão, com chave segredo.

ANEXO VI
TRAVA DE ESTEPE ANTIFURTO

Trava de estepe antifurto com chave específica para pick ups, com sistema que bloqueia a liberação do estepe, impossibilitando o roubo. Trava resistente a oxidação, fabricada em aço carbono com acabamento zincado. Devem ser fornecidas duas chaves.

ANEXO VII
RÁDIOS COMUNICADORES

Funções do Rádio:

- VHF 136-174;
- 45 Watts de potência em VHF;
- 16 Canais;
- Modo Convencional apenas;
- Capacidade Dupla no Modo Direto;
- Padrão Militar 810C, D, E, F e G;
- Proteção IP54;
- SCAN;
- Interrupção de Transmissão (Decodifica);
- Privacidade Básica;
- VOX;
- Mensagem de Texto (apenas envio, pré-programadas);
- Acesso Restrito ao Sistema;
- Alarme de Emergência;
- 02 Botões Programáveis;

Funções dos Botões Programáveis:

- Acesso de 1 Toque;
- Alta/Baixa Potência;
- Anúncio de Canal;
- Ativar/Desativar Privacidade;
- Ativar/Desativar Todos os Tons;
- Ativar/Desativar Varredura;
- Excluir Conversa Indesejada;
- Ligar/Desligar Anúncio de Voz;
- Ligar/Desligar Função AGC;
- Monitor;
- Silenciador Rígido;
- Ativar/Desativar Emergência;

ANEXO VIII
ESPECIFICAÇÕES DO ACESSÓRIO KIT ANTENA SATELITAL

ESPECIFICAÇÕES

- a) Antena Flat para operação em Banda Ku/Ka, com eletrônica para acesso a satélites, abrigada em um Armor Case de propileno de alta resistência, com proteção IP 66 com exclusiva proteção contra aumento da pressão no seu interior, pela sua exposição direta ao sol, através de uma válvula de respiro que atua automaticamente quando a pressão atinge um determinado nível, evitando a condensação e temperatura acima dos limites especificados. Este conjunto tem como particularidade a sua robustez, baixa resistência ao vento devido sua aerodinâmica, apresentando uma força de arrasto baixa mesmo em velocidades mais altas, lembrando que o arrasto é proporcional a área do objeto e o quadrado da velocidade. Dimensões do Armour Case: 56,3 x 40,1cm, com espessura de 3,4 cm, sendo de 5,0cm a espessura com o imã.
- b) Uma base de apoio para fixação do Armor Case no topo do veículo, fabricada em chapa de aço de 1/8", com 4 sapatas de imã de Neodímio, com 44 Kgf em cada imã. Esta forma de fixação evita perfurações nas partes metálicas do veículo e consequentemente a ocorrência de ferrugens causadas por umidade.
- c) Sistema Automático de Conectividade ao satélite do tipo Plug & Play, pelo Software de Gestão de Rede SmartSync, sendo o tempo para conexão estimado em 5 minutos.
- d) Roteador Wi-Fi operando com o protocolo 802.11ax (padrão Wi-Fi 5) nas faixas de frequências de 2,4 GHz e 5,8 GHz, com tecnologia Mesh, com capacidade de conexão de 50 a 100 dispositivos, permitindo formar uma rede WAN, com velocidade de conexão mínima de 50 Mbps, com duas portas GbE disponíveis para conexão de dispositivos externos e suporte a MU-MIMO, abrigado em uma caixa hermética com dimensões de 32x24x10cm e peso máximo de 1,75kg.
- e) Sistema de alimentação adequado para suas aplicações, com bateria dedicada com no mínimo 45 amperes: Quando o produto se destinar a instalação em veículos, vans etc. será fornecido um sistema de alimentação com conversor de 12/48VCC, cabos para alimentação em 12 VCC, chicote de cabos com proteção para conexão na bateria com conectores de 50 A, além de caixa de fusíveis, o sistema deve ter botão de acionamento "liga e desliga" no painel do veículo.
- f) Alcance na versão com roteador interno: 20 a 50 metros.
- *A modelo de referência da Antena com adaptação para veículo é da empresa PrimeField, podendo ser similar ou de melhor qualidade**

ANEXO IX
MODELO DE ORDEM DE FORNECIMENTO
IDENTIFICAÇÃO

Nº da OS / OFB:	
Data de Emissão:	
Emergencial:	() Sim () Não
Área Requisitante da Solução:	
Nome do Projeto:	
Sigla:	
Contratada:	
Contrato nº:	

ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS / SERVIÇOS E VOLUMES

	PRODUTO / SERVIÇO	MÉTRICA	QUANTIDADE	PREÇO
1	Veículos Especiais Híbridos com PLug in - Tipo SUV, zero quilômetro, com capacidade de transporte de, no mínimo, 05(cinco) lugares.	UNIDADE		
2	Veículos Especiais, do tipo camionete "pick up", cabine dupla, movido a óleo diesel, zero quilômetro, com capacidade de transporte de, no mínimo, 05(cinco) lugares.	UNIDADE		
TOTAL:				

INSTRUÇÕES COMPLEMENTARES

Digite aqui o texto... ..

Digite aqui o texto... ..

Digite aqui o texto... ..

DATAS E PRAZOS

Data Prevista para Início dos Produtos/Serviços:	
Data Prevista para Entrega dos Produtos/Serviços:	
Prazo Total do Contrato (com a garantia):	

O presente documento segue assinado pelo Fiscal Requisitante da Solução, Gestor do Contrato e Preposto da Contratada.

ANEXO X

ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES
(SEI nº 24647440)

ANEXO XI
PLANILHA DE PREÇOS

ITEM	TIPO DE VEÍCULO	CATMAT	UNID de MEDIDA	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	Veículos Especiais Híbridos com Plug in - Tipo SUV, zero quilômetro, na cor Branca, com capacidade de transporte de, no mínimo, 05(cinco) lugares. OBS: Veículo deverá ser fornecido com Rotolight, Adesivagem de acordo com o Manual da Agência, kit antifurto rodas e rádio comunicador.	301733	Unidade	50		
2	Veículos Especiais, do tipo camionete "pick up", cabine dupla, movido a óleo diesel, zero quilômetro, na cor Branca, com capacidade de transporte de, no mínimo, 05(cinco) lugares. OBS: Veículo deverá ser fornecido com Rotolight, Adesivagem conforme o Manual da Agência, Kit Antena para acesso terrestre à Internet Banda Larga a Satélites, abrigada em case de policarbonato de alta resistência, Tampão Baixo Elétrico para a carroceria, Trava antifurto estepe, Kit antifurto rodas e rádio comunicador.	606204	Unidade	07		



Documento assinado eletronicamente por **MARCIO XAVIER DE ARAUJO, Coordenador(a)**, em 04/09/2024, às 10:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 21, inciso II, da [Instrução Normativa nº 22/2023](#) da ANTT.



Documento assinado eletronicamente por **CANDIDA MACHADO PEREIRA OLIVEIRA, Analista Administrativo**, em 04/09/2024, às 11:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 21, inciso II, da [Instrução Normativa nº 22/2023](#) da ANTT.



Documento assinado eletronicamente por **RAFAEL MOYA FERNANDES LOPES, Gerente**, em 04/09/2024, às 14:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 21, inciso II, da [Instrução Normativa nº 22/2023](#) da ANTT.



Documento assinado eletronicamente por **EDUARDO JOSE MARRA, Superintendente**, em 05/09/2024, às 09:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 21, inciso II, da [Instrução Normativa nº 22/2023](#) da ANTT.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.antt.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **25472478** e o código CRC **EF859A2C**.